

FH confirma ajuste fiscal

■ Presidente diz que medidas atingem setor público e não devem pesar sobre assalariados

BRASÍLIA - O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que o programa de ajuste fiscal para os próximos três anos será anunciado até o próximo dia 20, antes do segundo turno das eleições para governadores. Fernando Henrique voltou a afirmar que o ajuste fiscal será feito, principalmente, sobre o sistema público. Na área das receitas, o presidente mencionou apenas o combate à sonegação para aumentar o número dos que pagam impostos. "Para que não recaia mais uma vez sobre os assalariados o peso do ajuste".

O presidente disse que o programa de ajuste fiscal será apresentado "aos financiadores internacionais". Segundo ele, a decisão sobre o que fazer para conseguir o ajuste será do país. O pressuposto deste programa terá que ser a volta do crescimento econômico. Nesta linha, Fernando Henrique anunciou a criação de um novo ministério para cuidar da produção nacional. "Nós não podemos, só porque há uma crise, deixar de ver que existem problemas reais que nos dão oportunidade de avançar mais".

O presidente informou ainda que vai se empenhar no Congresso pela aprovação das reformas da administrativa, tributária e da Previdência Social. Esses pontos, de acordo com Fernando Henrique, são fundamentais para o equilíbrio das contas públicas,



Fernando Henrique: "Não podemos deixar de ver os problemas reais"

Brasília - Gilberto Alves

o que permitiria a queda nas taxas de juros e a retomada do crescimento econômico. Nesse caso, o presidente garante que já conta com o apoio de outros segmentos da sociedade.

O empresariado só apoiará as medidas de ajuste fiscal, com o aumento da CPMF e a taxação sobre as fortunas, se o Congresso aprovar a reforma tributária, cujas propostas estão há mais de quatro anos engavetadas na Câmara e no Senado. O anúncio foi do presidente da CNI, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) ao informar que "é possível apoiar o ajuste, mas com reforma tributária já".

A CNI lançou ontem, uma mobilização nacional para pressionar o Congresso a votar ainda este ano uma proposta de reforma tributária. Só que durante encontro com o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), Bezerra tomou conhecimento de que a estratégia governista será em primeiro lugar a votação do ajuste fiscal, e depois a reforma tributária. Antônio Carlos só quer a votação da reforma tributária em 1999. "Somos a favor da reforma tributária, mas não queremos que as polêmicas sobre ela contaminem os entendimentos necessários à aprovação do ajuste fiscal", adiantou o senador, alegando problemas regimentais para aprovar a reforma tributária até o fim do ano.

PRINCIPAIS PONTOS DO PRONUNCIAMENTO

IMPOSTOS - Fernando Henrique afirmou que serão mantidos os esforços para combater a sonegação fiscal, trabalho que já vem sendo feito pela Receita Federal. Disse ainda, que está se estudando a ampliação da base de arrecadação, fazendo com que um maior número de contribuintes paguem impostos.

ORÇAMENTO - Será enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei regulamentando o artigo 165 da Constituição que trata das finanças públicas. O projeto vai criar um "gatilho" que será disparado toda vez que o orçamento dos órgãos públicos ultrapassarem o limite previsto na previsão anual e, nesse momento,

ficam suspensos todos os gastos não empenhados.

ESTADOS - O presidente mandou um recado para os governadores com relação a dívida que os estados têm com o Tesouro Nacional: todos as parcelas serão pagas. Como no acordo de renegociação das dívidas os estados comprometeram um percentual de suas arrecadações, o atraso ou não pagamento de parcelas dá à União o direito de reter os repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

TAXA DE JUROS - O presidente lembrou que 99 será um ano de sacrifícios mas garantiu que o contro-

le das contas públicas (redução do déficit) é fundamental para a queda nas taxas de juros e para a retomada do crescimento econômico.

TRABALHO - O governo vai dar sequência a seu programa de incentivo ao primeiro emprego. Fernando Henrique afirmou que mantém o que prometeu em sua campanha eleitoral e que vai gerar novos postos de trabalho e chamou a atenção do Congresso para a aprovação das reformas, sem as quais não será possível retomar o crescimento e promover uma política de pleno emprego.

DESEMPREGO - Fernando Henrique citou o programa de reformula-

ção do Seguro Desemprego que foi proposto pelo Codefat e vem sendo implantado pelo Ministério do Trabalho. O programa além de estudar o aumento das parcelas do seguro, prevê a requalificação profissional dos desempregados para que eles possam ser admitidos num mercado de trabalho que está em transformação.

PREVIDÊNCIA - O presidente garantiu que o governo vai enviar ao Congresso no ano que vem uma nova proposta de reforma da Previdência que tentará recompor os pontos que foram alterados na votação da primeira proposta, pelo Congresso Nacional.